



Disparam as assinaturas no manifesto organizado pela USP. Site com documento enfrentou mais de 2,4 mil tentativas de ataques virtuais

Com 300 mil adesões, carta é alvo de hackers

A carta em defesa da Justiça Eleitoral e da democracia, organizada pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), passou, ontem, dos 300 mil signatários. Enquanto o site no qual o documento está acessível tinha alta quantidade de acessos (sete milhões), a página enfrentou ataques de hackers. Foram contabilizadas mais de 2,4 mil tentativas de derrubar o portal.

Os organizadores também têm recebido xingamentos por meio da plataforma e pessoas que tentam se passar por outras. Há uma equipe trabalhando na segurança e tecnologia do portal, para manter a estabilidade de acesso. Também é feita a checagem de CPF com bases de dados da Receita Federal para confirmar a identidade dos signatários e descartar casos de duplicidade. A maior parte dos acessos foi feita no Brasil (6,2 milhões). Os de fora do país são dos Estados Unidos, de Portugal, do Reino Unido e da Alemanha.

Além da chamada "Carta às Brasileiras e aos Brasileiros", outro manifesto está em elaboração pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), intitulado "Em Defesa da Democracia e da Justiça", e faz parte de um dos atos organizados para ocorrer em 11 de agosto, na Faculdade de Direito da USP.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) anunciou, na quarta-feira, que vai participar desse manifesto, que deve ser publicado nos principais jornais do país, com a assinatura de entidades da sociedade civil. Há a expectativa de que a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib) também assine o

Alan Santos/PR



Bolsonaro criticou carta: "É uma nota política em ano eleitoral"

texto. A ideia é unir forças no mesmo movimento.

O manifesto em defesa dos tribunais superiores e da Justiça Eleitoral se antecipa aos atos de 7 de Setembro, que estão sendo organizados por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL). Na carta, estão banqueiros, empresários, petistas, tucanos, procuradores que trabalharam na Lava-Jato, entre outros.

Bolsonaro

O chefe do Executivo criticou, ontem, a iniciativa do presidente da Fiesp, Josué Gomes. Para ele, o manifesto tem teor político e visa defender a candidatura de Lula. "Quem é contra a democracia

no Brasil? Somos pela transparência, pela legalidade, respeitamos a Constituição. Eu não entendi essa nota, que foi patrocinada pelo nosso querido filho do vice do ex-presidente Lula, seu Josué Gomes da Silva", reprovou, em live nas redes sociais. "É uma nota política em ano eleitoral. É melhor democracia com ladrão do que outro regime com honesto. Agora, qual outro regime com o honesto. Que outro regime é esse? Não consigo entender. Estão com medo de quê? Se eu estou três anos e meio no governo, nunca nenhuma palavra minha, nem um gesto (contra a democracia)."

Bolsonaro repetiu a acusação de que a Febraban será signatária do documento por perdas

de arrecadação decorrentes do Pix. "No corrente ano, banqueiros devem deixar de arrecadar em torno de R\$ 22 bilhões com Pix", pontuou.

Na avaliação do cientista político Leandro Gabiati, não há ilegalidades nas falas de Bolsonaro, mas ele se movimenta em um "espaço cinzento", que rompe "códigos não escritos de convivência democrática". A carta, para ele, "se insere nessa contestação, nesse posicionamento de alguns setores que questionam a falta de respeito a esses códigos".

O especialista não vê risco de interrupção democrática. "Por enquanto, a resposta é não, as Forças Armadas sinalizam que vão se manter alinhadas à lei. Para essa interrupção, seria preciso um consenso, um apoio muito grande de diversos atores, da mídia, da sociedade civil, militares, empresários", destacou. "Quando a gente vê a carta em defesa da democracia, vemos um setor importante da sociedade que indica claramente não apoiar esse tipo de interrupção democrática."

Autor do livro *A mão e a luva: o que eleger um presidente*, o cientista político Alberto Carlos de Almeida vê a carta pró-democracia como uma espécie de "carta aos brasileiros ao contrário", se referindo à mensagem que Lula endereçou aos eleitores, em 2002, para enfrentar a rejeição a um candidato de esquerda que disputava pela quarta vez a Presidência.

"Em 2002, quem escreveu a carta foi Lula. Agora, com a justificativa de defender a democracia, esses segmentos da sociedade escrevem uma carta ao Lula declarando 'eu te apoio' sem dizer isso explicitamente", avaliou. (Agência Estado e Vicius Doria)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



O establishment se mexe em defesa das urnas

O encontro do presidente Jair Bolsonaro com diplomatas estrangeiros para falar mal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e levantar suspeitas de que haveria fraudes nas urnas eletrônicas virou uma espécie de "efeito borboleta", uma variante da Teoria do Caos, que consiste em grandes acontecimentos provocados inicialmente por pequenas alterações. O conceito passou a ser usado quando certas escolhas provocam desastres, principalmente depois do filme *Efeito Borboleta*, lançado em 2004, pela dupla Eric Bress e J. Mackye Gruber.

Evan Treborn (Ashton Kutcher), um jovem de 20 e poucos anos, em luta contra as memórias traumáticas de sua infância, descobre uma técnica que pode levá-lo de volta ao passado e passa a alterar diversos acontecimentos, com objetivo de mudar para sempre o seu futuro. Porém, o "efeito borboleta" trará consequências inesperadas para sua vida e daqueles que estão ao seu redor. Na tentativa de ficar com a namorada, Kayleigh, cria realidades alternativas que não terminam como gostaria. Entretanto, o que nos interessa não é um "spoiler", mas o fenômeno ligado à Teoria do Caos.

Em 1952, o escritor de ficção científica norte-americano Ray Bradbury publicou o conto *O som do trovão*, no qual um personagem pisa em uma borboleta, provocando graves consequências, inclusive a chegada de um líder fascista ao poder. Em 1961, o que era ficção virou realidade científica. O meteorologista norte-americano Edward Lorenz desenvolveu um modelo matemático para a previsão do tempo, processando dados como temperatura, umidade, pressão e direção do vento no seu computador. Depois de observar os resultados, repetiu a operação. Inesperadamente, a segunda previsão foi completamente diferente da primeira.

Quanto mais o modelo avançava no tempo, as diferenças entre os dois resultados se tornavam maiores. O computador de Lorenz havia arredondado os dados de algumas casas decimais. Para Lorenz, isso equivalia a dizer que o vento provocado pelo bater de asas de uma borboleta no Brasil poderia ocasionar um tornado no Texas, nos Estados Unidos. Assim nasceu a Teoria do Caos, com seu "efeito borboleta". É mais ou menos o que conseguiu o presidente Jair Bolsonaro com o seu inusitado e espantoso ataque às urnas eletrônicas na reunião de representantes de quase 70 países, que provocou a forte reação da sociedade civil.

Manifestos

O establishment jurídico e empresarial resolveu dar um basta aos ataques de Bolsonaro à democracia. Suprapartidariamente, saiu em defesa do Supremo Tribunal Federal (STF). A iniciativa partiu de ex-ministros da Corte, professores e estudantes da tradicional Faculdade de Direito do Largo do São Francisco (USP), com uma declaração que começou com três mil assinaturas e já soma mais de 300 mil signatários. Outro manifesto, organizado pela poderosa Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), mobilizou o grande empresariado nacional, inclusive a Febraban. Os principais banqueiros do país assinaram os dois manifestos, como pessoa física. Recebeu apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Força Sindical e de outras centrais sindicais.

Enquanto o establishment se mexia, o governo divulgava dados positivos sobre a economia, entre os quais a redução do preço da gasolina, a geração de emprego e a distribuição do Auxílio Brasil. O ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, tentava minimizar a importância dos manifestos. Segundo ele, os banqueiros assinaram os documentos porque perderam R\$ 40 bilhões com o PIX. O lucro dos bancos não condiz com essa tese. A adesão é resultado da PEC das Eleições, que agrediu a institucionalidade da economia e a segurança jurídica.

Protagonista do rolo compressor governista montado no Congresso, com recursos das emendas secretas ao Orçamento da União (somam R\$ 16,5 bilhões), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi ao Twitter como se nada houvesse: "Má notícia para os pessimistas de plantão! Estamos na contramão do mundo, mas isso é bom! Inflação em baixa, PIB em alta". Levou um banho de água fria com a divulgação do DataFolha de ontem. O pacote de bondades do governo ainda não mudou os humores dos eleitores. Na pesquisa estimulada, Lula (PT) tem 47% e Bolsonaro (PL), 29%; Ciro (PDT), 8%; Simone (MDB), 2%; Janones (Avante), Marçal (Pros) e Vera Lúcia (PSTU) têm 1%. Branco/nulo/nenhum: 6%. Não sabe: 3% (4% na pesquisa anterior). Os demais candidatos não pontuaram.

No papel, respeito ao Estado de direito

Wilton Junior/Estadão Conteúdo



O compromisso dos nossos países com democracia e liberdade é aspecto que deve permanentemente nortear as conversações"

Paulo Sérgio de Oliveira, ministro da Defesa

No discurso de encerramento da XV Conferência de Ministros de Defesa das Américas, o ministro da Defesa, Paulo Sérgio de Oliveira, afirmou que os valores de "democracia, soberania e liberdade" são caros aos povos americanos. A declaração ocorreu após a assinatura da Declaração de Brasília, que reafirma compromisso com a Carta Democrática Interamericana, e em meio aos ataques do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao sistema eleitoral brasileiro.

"O compromisso dos nossos países com democracia e liberdade é aspecto que deve permanentemente nortear as conversações", acrescentou o ministro da Defesa, sobre o teor do documento.

Paulo Sérgio é a ponte entre o presidente Jair Bolsonaro e as Forças Armadas. Os militares já propuseram uma apuração paralela de votos, o que foi negado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A Declaração de Brasília reafirma o compromisso dos 21 países signatários, incluindo o Brasil, de respeitar a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Carta Democrática Interamericana, que asseguram aos povos da América o direito à democracia e obrigam seus governos a promovê-la e defendê-la.

A Declaração de Brasília vem apenas uma semana após Bolsonaro reunir embaixadores estrangeiros no Palácio da Alvorada para repetir ataques às urnas eletrônicas e levantar suspeitas em relação à lisura das eleições, sem apresentar provas.

Os signatários da declaração também disseram esperar uma resolução pacífica para

os conflitos, como o da Ucrânia. De acordo com eles, invasões e violência "não são meios legítimos para resolver a disputa". Entretanto, o trecho provocou discordâncias entre os países.

Brasil e Argentina, por exemplo, apresentaram ressalva. Os dois países argumentaram que consideram a Organização das Nações Unidas (ONU) a entidade competente para tratar da guerra no Leste Europeu. O México também apontou ressalva.

Em contraponto, Estados Unidos, Canadá, Colômbia, Equador, Guatemala, Haiti, Paraguai e República Dominicana reforçaram posição contrária à

guerra entre Ucrânia e Rússia. De acordo com eles, o conflito se trata de uma "invasão ilegal, injustificável e não provocada da Ucrânia".

Os signatários são de 21 países do continente americano. O texto tem 30 pontos, sobre tópicos variados, como meio ambiente e questão de gênero. De todos os representantes que assinaram o documento, apenas duas são mulheres: a embaixadora de Barbados no Brasil, Tonika Maria Sealy-Thompson, e a ministra de Defesa Nacional do Chile, Maya Fernández Allende. (Agência Estado e Isadora Albernaz, estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa)